



CÂMARA MUNICIPAL DE ACARAÚ

CONTRATO Nº 2906.01/2021

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE ACARAÚ COM A EMPRESA TELEFÔNICA BRASIL S/A, NAS CONDIÇÕES ABAIXO PACTUADAS:

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ACARAÚ - CE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José Otacílio Martins Rocha, Nº 250 – Bairro Monsenhor Edson, Acaraú/CE, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 02.346.843/0001-70, neste ato representada pelo respectivo Presidente, Sr. **JOSÉ EDILSON ARAÚJO**, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado, a **TELEFÔNICA BRASIL S/A**, pessoa jurídica de direito privado, sediada à Rua Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, Cidade Moncoes, cidade de São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.558.157/0001-62, representado por **FABIO MARQUES DE SOUZA LEVORIN**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 27.638.106-3 expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF sob nº 267.221.148-56 e **RONES ALVES MACHADO PORTELA**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador do documento de identidade nº 138850094, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob nº 031.743.458-63, ao final assinados, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com o Edital de Pregão nº 1905.01/2021, o que fazem mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1- Processo de Licitação, na modalidade Pregão, em conformidade com a **Lei Federal Nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas c/c os termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 – Lei que Regulamenta o Pregão, o Decreto nº 3.555/2000**, devidamente homologado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Acaraú — CE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- Constitui objeto da presente **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL (SMP) DE ACESSO MÓVEL PÓS-PAGO PARA ATENDER À CÂMARA MUNICIPAL DE ACARAÚ/CE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO**, mediante o Pregão nº 1905.01/2021, no qual restou vencedora a Contratada, nos itens especificados em anexo, parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E REAJUSTE

3.1- O objeto contratual tem o valor de **R\$ 20.400,00 (Vinte Mil e Quatrocentos Reais)** sendo pago mensalmente o valor de **R\$ 1.700,00 (Um mil e setecentos reais)**, a ser pago até o 10º dia após a execução dos serviços.

Item	Especificações dos Serviços	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Por Linha/Mês	Valor Total Mensal (R\$)	Valor Total - 12 Meses (R\$)
1	Pacote de 17 (Dezessete Linhas) com 44.000 (Quarenta e quatro mil) minutos individuais em ligações VC1, VC2 e VC3 para móvel on, off net e fixos para quaisquer operadoras com utilização do CSP; Pacote de 1.000 SMS para móvel on e off net; Pacote de 06 GB de internet com redução de velocidade para 128kbps após atingimentos da franquia sem cobrança de valores excedentes e; Serviço de Gestão de Voz e dados via web.	Mês	12	100,00	1.700,00	20.400,00
					Valor Global Mensal..... R\$	1.700,00
					Valor Global Total..... R\$	20.400,00

Rua José Otacílio Martins Rocha, Nº 250, Bairro Monsenhor Edson - CEP: 62580-000 - Acaraú-CE
CNPJ:02.346.843/0001-70 | CGF: 06.920.412-8 - Fone/Fax: (88) 3661-1541 - E-mail: cmacara@gmail.com



VALOR EXCEDENTE AO CONTRATADO COBRADO APÓS A UTILIZAÇÃO DO LIMITE DE FRANQUIA CONTRATADO DOS SERVIÇOS	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Ligações Locais (Móvel para Fixo e VC1)	0,20
Ligações Locais (Móvel para Fixo, VC2e VC3)	0,50
SMS	0,20

3.2- O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste, pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses os preços contratuais poderão ser reajustados com base no índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

4.1- O Contrato resultante da presente Licitação terá vigência de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério das partes, na forma do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

5.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual, bem como o pagamento das taxas e impostos, empregados e demais despesas necessárias ao bom andamento dos serviços;

5.3- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

5.4- Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais/ Faturas devidamente atestadas pela Câmara Municipal de Acaraú.

5.5- A CONTRATANTE se compromete a efetuar mensalmente, à Contratada, o pagamento pelos serviços prestados, após atestação dos mesmos pela CONTRATANTE.

5.6- Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, por intermédio de profissionais indicados pela Contratante, no que tange a aspectos técnicos.

5.7- Permitir acesso dos empregados da Contratada a suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto, quando necessário.

5.8- Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada.

5.9- Assegurar-se boa qualidade dos serviços prestados, verificando sempre o bom desempenho.

5.10- Participar de reuniões, objetivando o adequado cumprimento deste Contrato, registrando as solicitações de providências que se façam necessárias para tanto.

5.11- Assegurar-se que de os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras dos serviços, de igual objeto do instrumento contratual, de forma a garantir que continuem a ser vantajosos para a Administração da Contratante.

5.12- Exigir a documentação que permita a Contratante o perfeito controle das ligações realizadas, bem como a documentação das ocorrências havidas.

5.13- Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive, quanto à continuidade da prestação dos serviços, os quais, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela Contratante, não deverão ser interrompidos.

5.14- Solicitar, sempre julgar necessário, a comprovação dos preços vigentes, na data da emissão das contas telefônicas.

5.15- Viabilizar instalações de equipamentos necessários à apresentação dos serviços, quando os espaços utilizados nestas ações forem públicos do âmbito Municipal.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1- Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de HABILITAÇÃO e qualificação exigidas na licitação;

6.2- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, arcando com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratado.



CÂMARA MUNICIPAL DE ACARAÚ

6.3- Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificado o prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceito pela Câmara Municipal de Acaraú, não serão considerados como inadimplemento contratual.

6.4- A Contratante, além das obrigações resultantes da observância da Lei n.º 8.666/93, deverá obedecer às disposições elencadas na minuta do Termo de Contrato – Anexo a este edital.

6.5- Manter o funcionamento contínuo, durante a vigência deste Contrato, todos os acessos pessoais, ficando o bloqueio dos terminais condicionado à solicitação da CONTRATANTE.

6.6- Disponibilizar à Contratante um atendimento diferenciado por meio da central de atendimento 0800 ou de forma similar, 07 (sete) dias por semana, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, incluindo a disponibilização de atendimento personalizado, específico a grandes contas.

6.7- A CONTRATADA também deverá informar, no início da vigência contratual, um consultor e seu substituto para a supervisão dos serviços contratados, com os respectivos números de contato.

6.8- Qualquer mudança de consultor ou substituto deverá ser imediatamente comunicada à CONTRATANTE.

6.9- Executar os serviços com observância das especificações técnicas e regularmente aplicável ao caso, com esmero e correção, refazendo tudo quanto for impugnado pela fiscalização, quando necessário.

6.10- Responder por quaisquer interferência de intrusos nos acessos em serviços, bem como zelar pela integridade da comunicação.

6.11- Responder por perdas e danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços e/ou reparos.

6.12- Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, assegurar os direitos e cumprir todas as obrigações estabelecidas em regulamentações da ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações).

6.13- Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, atendendo de imediato às solicitações, no caso de qualquer ocorrência de interrupção dos serviços ou falhas que porventura venham a ocorrer, devendo providenciar a correção no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da abertura de chamado.

6.14- Caso não haja possibilidade técnica de sanar o problema no prazo requerido, a CONTRATADA deverá justificar à CONTRATANTE, tal impossibilidade, para as providências cabíveis.

6.15- Ocorrendo tais interrupções ou falhas por causa atribuíveis a CONTRATADA, a mesma deverá conceder descontos proporcionais aplicados sobre o valor mensal do serviço contratado.

6.16- Apresentar a conta mensal por Contrato, de forma detalhada, por meio impresso, mídia eletrônica (CD ou DVD) e/ou software de gestão via Web, devendo ter funcionalidades de exportação para os seguintes formatos de arquivos: PDF, XLS E TXT. Com as seguintes informações: unidade gestora, número da linha que originou a chamada, a data e hora (completa) da chamada, o número para qual foi realizada a chamada, o tempo de conversação (duração da chamada) e o valor da ligação (valor da chamada), tipo de ligação (VC1, VC2, CV3) e demais serviços contratados.

6.17- Informar a necessidade de eventuais interrupções programadas dos serviços, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

6.18- Apresentar fatura correspondente aos gastos com o serviço contratado, constando relação dos números dos acessos deste contrato e seus respectivos valores, bem como detalhamento de valor total de cada um dos acessos individualmente.

6.19- Manter, durante a vigência deste contrato, até **17 (dezesete) linhas** para utilização de acordo com a demanda solicitada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

7.1- A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, a critério da Contratante, respeitando-se os limites previstos na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, facultada a supressão além deste limite mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA OITAVA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

8.1- As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária nº 01.0101.031.0001.2.001 e elemento de despesa nº 3.3.90.39.00.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1- A fatura relativa aos serviços mensalmente prestados deverá ser apresentada à CÂMARA MUNICIPAL DE ACARAÚ, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços, para fins de conferência.

Rua José Otávio Martins Rocha, Nº 250, Bairro Monsenhor Edson - CEP: 62580-000 - Acaraú-CE
CNPJ:02.346.843/0001-70 | CGF: 06.920.412-8 - Fone/Fax: (88) 3661-1541 - E-mail: cmacaraú@gmail.com

- e atestação da execução dos serviços, de acordo com a natureza de cada equipamento;
- 9.2- A fatura constará dos serviços efetivamente prestados no período de cada mês civil, de acordo com o quantitativo efetivamente realizado no mês, cujo valor será apurado através de fatura;
- 9.3- Caso a Nota Fiscal seja aprovada pela Câmara Municipal de Acaraú, o pagamento será em até 10 (dez) dias úteis após o protocolo da fatura pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1- O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

10.2- A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I – advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
- b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das obrigações da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) de **1%** (um por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por dia de atraso na entrega do objeto ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;

b) de **2%** (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

c) de **5%** (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer produto rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Acaraú, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.3- No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 5 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do **item 17.2** supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no **inciso IV** do mesmo item.

10.4- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

10.5- As sanções previstas nos **incisos III e IV do item 17.2** supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

- I – praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- II – demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;
- III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

10.6- As sanções previstas nos **incisos I, III e IV do item 17.2** supra poderão ser aplicadas juntamente com a do **inciso II** do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.7- A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de **10 (dez) dias úteis** a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita a multa de **5,00%** (cinco por cento) sobre o valor do contrato.



por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

10.8- As sanções previstas no **item 17.7** supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1- O Contrato poderá ser rescindido pelos motivos especificados nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666/93 e nas formas previstas nos artigos 79 e 80 da mesma lei e suas alterações posteriores.

11.2- A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas no instrumento convocatório, pela Contratada, assegurará à Contratante o direito de dá-lo por rescindido mediante notificação entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

11.3- Os procedimentos de rescisão contratual, tanto amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurado contraditório e a ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da interessada para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados de seu recebimento e, na hipótese de desistir da defesa, interpor recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1- Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado;

12.2- Obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1- Fica eleito o foro da Comarca de Acaraú/CE, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Acaraú/CE, 29 de Junho de 2021.


JOSÉ EDILSON ARAÚJO
Câmara Municipal de Acaraú
CONTRATANTE

FABIO MARQUES DE SOUZA LEVORIN
TELFÔNICA BRASIL S/A
CONTRATADA

FABIO MARQUES DE SOUZA LEVORIN:26722114856
56
Assinado de forma digital por
FABIO MARQUES DE SOUZA
LEVORIN:26722114856
Dados: 2021.06.28 19:23:32
-03'00'

RONES ALVES MACHADO PORTELA
TELFÔNICA BRASIL S/A
CONTRATADA

RONES ALVES MACHADO PORTELA:03174345863
863
Assinado de forma digital por
RONES ALVES MACHADO
PORTELA:03174345863
Dados: 2021.06.29 12:34:59
-03'00'

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: _____

2. _____ CPF: _____